

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores(as) Accionistas:

I - Introdução

Dando cumprimento ao estabelecido na lei e no pacto social, a Administração vem apresentar aos Senhores(as) Accionistas, o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2002.

De salientar que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de Junho de 2002, foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2002-2004, pelo que a gestão da empresa no decurso do primeiro semestre foi, ainda, da responsabilidade da Administração cessante.

II – Envolvente externa

Ao nível global, persistiram desequilíbrios acentuados, cenário que poderá reforçar-se com o agravamento das tensões entre os Estados Unidos e o Iraque, e a consequente escalada do preço do petróleo, o que induziria à deterioração dos níveis de confiança, contribuindo para travar e adiar, ainda mais, a recuperação da economia.

A OCDE reviu em baixa as suas previsões de crescimento para 2002 e 2003, considerando que o mau desempenho observado nos mercados bolsistas e o enfraquecimento da confiança dos agentes económicos foram os factores que mais poderão ter contribuído para o prolongamento do actual clima de fraca retoma de actividade.

Ao nível da zona euro, os níveis de confiança dos consumidores e industriais europeus continuaram baixos. Fracas perspectivas de aceleração da procura sugerem contenção do investimento. Pelo lado do consumidor, a taxa de inflação acima dos 2%, associada a perspectivas pouco favoráveis relativamente à evolução do mercado de trabalho, justificam também o fraco dinamismo da procura interna.

O BCE poderá avançar com uma redução das taxas de juro já na Primavera, se os riscos de crescimento na zona euro aumentarem.

No caso português, embora não existam ainda dados disponíveis sobre o PIB, relativamente ao ano de 2002, tudo indica que terá sido cerca de 1%.

A confiança dos agentes económicos registou e regista os valores mais baixos desde a recessão de 1993, continuando a deteriorar-se, e indicando a possibilidade de estagnação, ou de uma recessão da actividade em 2003. O abrandamento do consumo privado verificado ao longo do ano tenderá a tornar-se mais pronunciado, devido ao aumento do pessimismo das famílias, consequência da deterioração das condições no mercado de trabalho – a taxa de desemprego em 31 de Dezembro de 2002 era de

3,6% -, da desaceleração do rendimento disponível e das restrições ao financiamento associadas aos elevados níveis de endividamento.

Por fim, o enfraquecimento da actividade mundial tenderá a diminuir o contributo da procura externa para o crescimento da economia.

III – Evolução da Estrutura e dos Recursos

Ao nível da empresa, ao longo do segundo semestre de 2002, e no plano da organização, identificaram-se áreas de responsabilidade críticas, as principais linhas de estratégia de actuação, e procedeu-se à contratação de consultores externos adequados ao perfil pretendido para as áreas da produção, inovação, comercial e jurídica, com vista a uma reestruturação conducente ao controlo da produção, ao aumento da produtividade, da qualidade e das vendas.

Ao nível dos recursos humanos, reforçou-se a dinâmica já iniciada no primeiro semestre, no sentido de redução do número de efectivos, política que vinha a ser seguida pela administração anterior, tendo-se dado novo impulso à política de formação profissional contínua.

Consideramos contudo, que a redução do quadro de pessoal é ainda insuficiente, face à conjuntura económica actual e à realidade presente e futura da empresa, tendo em conta a evolução tecnológica que se tem verificado.

A insuficiência de indicadores disponíveis motivou a prioridade de relançar o projecto de informatização da empresa, tendo sido instalado um novo software, melhor adaptado à sua actividade, e com custos de manutenção substancialmente mais reduzidos que o anterior, tendo-se já procedido, na área produtiva, à informatização dos armazéns de matérias-primas, dos tecidos e têxteis lar. Por outro lado, foi instalado, na área administrativa, um novo programa de contabilidade, recursos humanos e sistema de relógio de ponto, estando previsto o arranque do programa de gestão de encomendas e facturação, no decurso do mês de Fevereiro de 2003.

Na vertente industrial, procedeu-se à criação do armazém central de fios, prevendo-se a sua informatização, também no decurso do mês de Fevereiro de 2003, tendo, ainda, sido efectuados alguns ajustamentos no lay-out fabril.

No sector das malhas, no seguimento do diagnóstico já solicitado pela anterior administração, contratou-se o CITEVE para proceder à respectiva reestruturação, estando prevista a sua conclusão até ao fim do ano de 2003.

Procedeu-se, também, à informatização de algumas das máquinas de tricotagem, de modo a obterem-se melhorias de produtividade e maior uniformidade na qualidade.

Desenvolveram-se, ainda, acções com vista à manutenção de edifícios, equipamentos e à obtenção de melhores condições de trabalho.

Na vertente comercial, em face da insuficiência da carteira de encomendas, particularmente no sector de têxteis lar e fios, optou-se como linha de força de actuação,

centrar todos os esforços na definição e dinamização de uma política comercial agressiva para criar novos produtos e captar novos mercados.

Além disso, procedeu-se à renovação da identidade corporativa da empresa e constituiu-se um departamento comercial para centralizar e potenciar os contactos com os clientes e proceder à renovação de produtos, o que possibilitou a criação de uma nova colecção de têxteis lar, mais de acordo com as tendências actuais. Por outro lado, implementou-se uma estratégia de mercado e não de produto, prevendo-se também a criação de uma nova colecção de tecidos no decurso do mês de Fevereiro de 2003.

Entretanto, procedeu-se ao alargamento do registo da marca SOTAVE para a Comunidade Europeia e estivemos presentes em diversos eventos comerciais, com vista à promoção dos produtos da empresa, nomeadamente na Home Têxtil realizada em S. Paulo - Brasil, Feira de Interiores realizada em Lisboa, e Casatêxtil, no Porto, tendo ainda sido preparada a participação da empresa na Feira Heimtêxtil – Frankfurt, que veio a realizar-se em 8 de Janeiro de 2003.

IV – Evolução dos negócios

A conjuntura desfavorável vivida ao longo do primeiro semestre, manteve a sua tendência de deterioração e agravamento ao longo do segundo semestre de 2002.

Apesar disso, conseguiu-se um ligeiro aumento do volume de vendas de 5,03%, face a igual período de 2001, evolução que resultou da boa performance do sector das malhas, onde se verificou um aumento de aproximadamente 40%.

Em contrapartida, sofremos as consequências da retracção do volume de negócios que se verificou no sector têxtil, o que nos ocasionou uma redução de 18,2% nos serviços prestados a terceiros.

V – Análise económico - financeira

Apesar de se ter registado um acréscimo das vendas de 5,03%, conforme já referido, os resultados operacionais continuaram a ser negativos, tendo verificado um ligeiro acréscimo (cerca de 113.400 euros). Esta situação deveu-se, fundamentalmente ao aumento do valor das amortizações (cerca de 113.800 euros), em virtude dos investimentos efectuados durante o exercício de 2002 e, ainda, da entrada em pleno funcionamento, neste ano, de bens adquiridos no ano anterior, principalmente relacionados com aquisições ao abrigo do SIMIT – Sistema de Incentivos à Modernização da Indústria Têxtil.

De facto, as restantes rubricas que influenciam os resultados operacionais compensaram-se, sendo de realçar o decréscimo do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (cerca de 197.000 euros) e o reforço das provisões para créditos de cobrança duvidosa (cerca de 37.800 euros) e, ainda, o aumento dos trabalhos para a própria empresa (cerca de 54.500 euros), o qual está relacionado com

a capitalização dos custos referentes à nova colecção de têxteis lar, cujos proveitos, com ela relacionados, apenas se verificarão no exercício de 2003 e seguintes.

De realçar, também, que, embora os custos com o pessoal sejam sensivelmente idênticos aos registados no ano anterior, deve ter-se em consideração os montantes relativos às arrumações de contas suportados, provenientes da redução do número de empregados, cujos efeitos positivos, tal como na situação descrita no parágrafo anterior, apenas terão reflexos em anos posteriores.

Tendo em conta que se verificaram perdas de produtividade e de eficácia, nomeadamente a nível de gestão, em virtude do adiamento verificado na tomada de posse dos novos órgãos sociais e, tendo em conta, ainda, os reflexos da conjuntura económica desfavorável que se registou, principalmente no segundo semestre de 2002, parece-nos que os resultados operacionais obtidos podem considerar-se como reveladores de uma dinâmica que possibilitará a obtenção de melhores resultados nos próximos anos.

Contudo, não podemos ignorar a influência que poderá vir a ter no funcionamento da empresa e, conseqüentemente, na sua rendibilidade, a situação económica e social que se verifica a nível internacional, cuja resolução e conseqüências não se encontram, naturalmente, incluídas nos poderes inerentes à gestão da sociedade.

No que respeita às restantes rubricas da Demonstração dos Resultados, deve salientar-se que os proveitos extraordinários, relacionados, na sua quase totalidade, com a imputação ao exercício de parte dos incentivos ao investimento recebidos, compensaram o aumento registado nos encargos financeiros (cerca de 22.400 euros), acréscimo este proveniente do aumento verificado nos empréstimos bancários, em virtude dos investimentos efectuados.

Considerando os aspectos acima mencionados, os resultados líquidos foram negativos, no montante de 346.498 €, o que reflectiu um ligeiro agravamento face ao exercício anterior.

Relativamente a alguns dos indicadores mais relevantes, e pese embora o enquadramento da actividade no exercício em apreço e o resultado final obtido, é de realçar o valor positivo do Cash Flow, de cerca de 159.803 €, o qual foi superior ao registado em 2001, em cerca de 39.049 €..

A autonomia financeira da empresa situava-se no final do exercício de 2001 em 78%. No decurso do 1º semestre de 2002 foram desencadeadas medidas que visaram a reflexão contabilística dos custos com a atribuição de benefícios resultantes do plano de pensões estabelecidos pela Administração em anos anteriores, cujo montante ascendeu a 539.054,67 €, de acordo com o cálculo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2002.

A regularização desta situação, bem como o resultado negativo obtido no período em apreço, contribuíram para a deterioração da Situação Líquida da empresa, o que conduziu a que o rácio de autonomia financeira se reduzisse para 66%, em 31 de Dezembro de 2002.

De salientar, no entanto, que a não regularização da situação relacionada com o plano de pensões, permitiria a manutenção do rácio de autonomia em níveis superiores a 74%.

Para além disso, no período em análise, ocorreram investimentos que totalizaram o montante de 341.104 €.

Tendo em conta a legislação em vigor, deve referir-se que:

- Não existem débitos em mora ao sector público estatal;
- Foram mantidos os critérios valorimétricos que têm vindo a ser adoptados, baseados nos preços de factura das matérias primas e subsidiárias, bem assim dos acessórios não utilizados, corrigindo-se os produtos acabados e em vias de fabricação com os custos das operações efectuadas;
- As amortizações foram calculadas de forma consistente com os anos anteriores, totalizando 430.840,69 euros foram contabilizadas de harmonia com as normas legais em vigor. As provisões contabilizadas, no valor de 75.460,34 euros, permitem o total acautelamento sobre os créditos de cobrança duvidosa.
- No primeiro semestre, a empresa adquiriu em Bolsa, 7.197 acções próprias a um preço médio de € 4,59. No final do exercício de 2002, foram alienadas 400 acções próprias ao preço de € 4,50, sendo de 39.240 o total de acções próprias detidas pela empresa, no final deste exercício, sendo o seu preço médio de € 3,88 euros.
- Como habitualmente, foi contabilizado o encargo com férias e subsídio de férias, vencidos em 31 de Dezembro de 2002, mas pagável em 2003.
- Ao nível dos proveitos foi considerada a reposição da parte devida das amortizações respeitantes ao equipamento adquirido ao abrigo do Sistema de Incentivos da Modernização da Indústria Têxtil – SIMIT, do projecto de Reestruturação, e do POEFDS (Programa Operacional da Economia para a Formação e Desenvolvimento Social), o que totalizou 87.751,7 euros.
- Não se procedeu ao pagamento de dividendos antecipados.
- Declara-se que não ocorreram factos relevantes, depois de 31 de Dezembro de 2002, que pudessem ter efeito nas contas apresentadas, e que os elementos prestados nesta informação são verídicos, não havendo na mesma, omissão que altere o seu sentido.

VI – Perspectivas futuras

No exercício de 2003, esperamos colher os frutos das medidas tomadas no exercício de 2002, nomeadamente com a implantação do projecto de informatização e da consultoria técnica para o sector das malhas, das novas colecções de tecidos e têxteis lar e, ainda, como resultado dos contactos desenvolvidos com clientes potenciais de mercados intracomunitário e externo.

Na verdade, estamos convictos de que as acções desenvolvidas no segundo semestre de 2002 terão um reflexo positivo nos proveitos e custos do ano de 2003 e que permitirão a inversão dos resultados negativos que se têm verificado nos anos mais recentes.

Por outro lado, as várias acções encetadas no plano comercial deverão contribuir, também, para uma melhoria global dos proveitos, principalmente os relacionados com os sectores de maior debilidade.

A confirmar esta previsão, deve salientar-se que, relativamente ao sector dos fios, algumas das acções desenvolvidas já começaram a produzir os seus efeitos no início de 2003, o que permite perspectivar um ano relativamente melhor do que o ano transacto.

No que respeita ao sector dos têxteis lar, estimam-se resultados positivos, principalmente provenientes da criação da nova colecção, no decurso do 4º trimestre de 2002, bem como dos contactos desenvolvidos pela empresa na Feira da Heimtêxtil em Frankfurt, no início de 2003.

No sector de tecidos, aguardamos com alguma expectativa a criação da nova colecção, cuja conclusão, prevista para o mês de Março, deverá originar um aumento da produção e, conseqüentemente, o respectivo volume de negócios, ainda no decurso do ano 2003.

VII – Estratégia

Na vertente industrial, procuraremos fomentar mudanças contínuas, no sentido da melhoria da produtividade, da gestão da qualidade, do planeamento da produção, sempre norteados pela racionalização dos custos.

Na vertente comercial, a Administração da empresa continuará a adoptar uma estratégia de gestão de marketing, que se consubstanciará num processo de renovação de produtos, incluindo as embalagens, com vista ao aumento da qualidade, design e aceitação pelos mercados.

Consideramos de primordial importância o desenvolvimento de uma política de comunicação empresarial e de produto, e de uma política de distribuição que intensifique a exploração dos mercados actuais e outros que potencialmente se apresentem como viáveis, com vista ao aumento das exportações e, conseqüentemente, ao incremento do volume de negócios.

Finalmente, procuraremos otimizar o desempenho dos recursos humanos através da formação profissional contínua e, por outro lado, concluir o projecto de informatização da empresa, no sentido de promover a maximização da sua eficiência global e a obtenção de um sistema de custeio fiável.

VIII - Agradecimentos

Aos nossos Clientes somos devedores da preferência com que nos continuaram a honrar e reafirmamos o propósito de manter e aprofundar as nossas relações.

É-nos grato referir a confiança e consideração que continuamos a merecer das Instituições Financeiras com que trabalhamos.

Ao Conselho Fiscal e aos nossos Auditores, a quem apresentamos os nossos melhores cumprimentos, continuamos devedores do apoio e colaboração que sempre nos prestaram.

Com os nossos Colegas e Fornecedores mantivemos o clima de cordialidade e colaboração do passado.

Aproveitamos para agradecer aos nossos Agentes Comerciais todo o esforço desenvolvido.

Por fim, aproveitamos para agradecer aos Trabalhadores que conosco colaboraram a sua dedicação e entusiasmo, que permitiram minimizar as consequências da crise.

IX – Proposta de Aplicação de Resultados

Ficamos à disposição de V.as Ex.as para quaisquer esclarecimentos complementares, e propomos que o resultado líquido negativo de 346.497,82 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Propomos ainda, que este valor, bem como o valor negativo já contabilizado na conta de Resultados Transitados, e proveniente de exercícios anteriores, seja anulado por Reservas Livres, à excepção dos valores que nos foram atribuídos pela nossa associada Lanifícios Império, S.A., resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, e que afectaram positiva e / ou negativamente os resultados da empresa.

Se a nossa proposta merecer a Vossa aprovação, o valor das Reservas e outras contas de capitais próprios, excluídos o Capital Social e o Fundo de Regularização de Dividendo, passará a ser de 2.656.711,60 euros.

Manteigas, 17 de Fevereiro de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

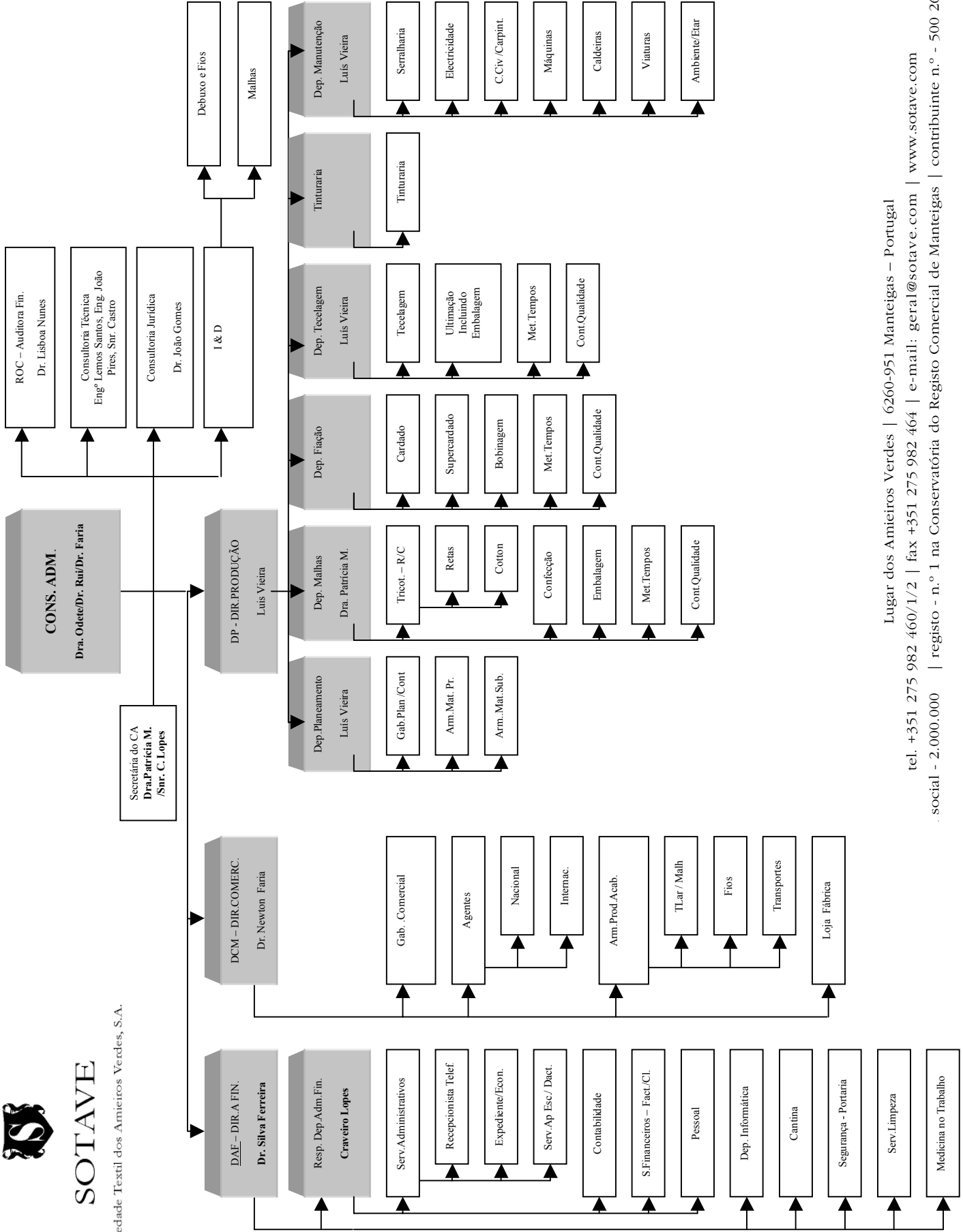
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Dr. José Carlos Newton da Silva Faria



SOTAVE

Sociedade Textil dos Amieiros Verdes, S.A.



Lugar dos Amieiros Verdes | 6260-951 Manteigas – Portugal

tel. +351 275 982 460/1/2 | fax +351 275 982 464 | e-mail: geral@sotave.com | www.sotave.com

social - 2.000.000 | registo - n.º 1 na Conservatória do Registo Comercial de Manteigas | contribuinte n.º - 500 26

Capítulo I – Divulgação de Informação

1 – Para além de integrarem o órgão colectivo Conselho de Administração, em cujas reuniões são tomadas as principais decisões e estabelecida a orientação geral para a Empresa, os Administradores assumem a responsabilidade directa por sectores que lhes estão distribuídos.

Desde sempre que o Sector de Malhas goza de ampla autonomia no que respeita ao planeamento da sua produção e à comercialização da mesma.

2 – Evolução da cotação das acções :

As acções da Empresa iniciaram o ano de 2002 com a cotação de € 4,95, tendo encerrado o mesmo nos € 4,50.

A cotação máxima (€ 4,95) foi atingida em 11 de Janeiro de 2002, e a mínima (€ 4,30) verificou-se nas sessões de 15 de Janeiro e 11 de Fevereiro de 2002.

A evolução das cotações não foi influenciada, pelo menos de modo significativo, pelo anúncio dos resultados do exercício anterior.

3 – Política de Distribuição de Dividendos:

Por tradição a Empresa privilegia a solidez da sua estrutura financeira, procurando manter um elevado rácio de autonomia. Dentro desta linha de orientação a distribuição de dividendos tem sido sempre condicionada a uma disponibilidade de tesouraria que não ponha em causa o princípio acima enunciado.

4 – Não existem planos de atribuição ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções da Empresa por parte dos titulares dos órgãos sociais ou trabalhadores da Empresa.

5 – A Empresa não tem recorrido à utilização de novas tecnologias na divulgação da informação financeira, tendo-as utilizado pela primeira vez, no decurso do mês de Fevereiro de 2003, para divulgação da informação preparatória da Assembleia Geral a decorrer no próximo dia 29 de Março de 2003.

6 – Não existindo um Gabinete de Apoio ao Investidor, as funções que lhe seriam atribuídas são exercidas pelo responsável pelas relações com o mercado de capitais (Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira), e ainda pelo Responsável pelo Departamento Administrativo e Financeiro (António Craveiro Lopes)

Aos accionistas que se encontram identificados no ficheiro da Empresa são atempadamente enviados os documentos preparatórios das Assembleias Gerais, bem como qualquer informação que seja considerada relevante.

O contacto pode ser estabelecido via fax, e-mail, embora normalmente o seja telefonicamente para um dos responsáveis acima identificados.

Capítulo II – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

O direito de voto deve, nos termos estatutários, ser pessoalmente exercido. Entretanto, os estatutos admitem a possibilidade de mediante carta endereçada ao

Presidente da Mesa da Assembleia Geral, os accionistas se fazerem representar por um outro accionista.

Capítulo III – Regras Societárias

1 – Não existem códigos de conduta da Sociedade ou quaisquer regulamentos internos respeitantes à matéria de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades. Esta matéria considera-se regulada pela Lei Geral.

2 – Não existe regulamentação relativa aos procedimentos a adoptar para efeitos de controlo de risco da actividade, nem unidade orgânica dedicada à auditoria interna. O acompanhamento das situações de risco é feita através da análise da contabilidade e reforçado pela obtenção de informações comerciais, quer junto da banca quer das empresas especializadas.

3 – Não existem limites ao exercício do direito de voto da mesma forma como não existem titulares de direitos especiais. É desconhecida a existência de qualquer acordo parassocial.

Capítulo IV – Órgão de Administração

1 – De harmonia com os estatutos, a Administração é constituída por três ou cinco administradores.

A Administração actualmente em exercício é constituída por 3 elementos :

Presidente	-	Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho
Vogais	-	Dr. José Carlos Newton da Silva Faria
	-	Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Todos os administradores são accionistas da Empresa, condição *sine qua non* para o exercício destas funções.

2 – Não existe comissão executiva nem qualquer outra comissão com competência em matéria de gestão.

3 – Formalmente o Conselho de Administração reúne uma vez por mês, embora na prática o contacto entre os seus membros seja permanente e as decisões dos assuntos mais correntes tomadas em reuniões informais.

4 – Não existem comissões de controlo internas.

5 – A remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem assim dos restantes órgãos sociais, é anualmente estabelecida por uma comissão de remunerações, eleita pela Assembleia Geral com um mandato coincidente com o dos Órgãos Sociais.

6 – As remunerações dos administradores são fixas, não estando previstos quaisquer prémios de desempenho, para além dos consagrados estatutariamente.

Para o conjunto do ano, foram as seguintes:

	<u>1º Semestre / 2002</u>	<u>2º Semestre / 2002</u>
Presidente	23.686	21.895
Vogais.....	<u>40.985</u>	<u>38.904</u>
	64.671	60.799

No valor global total de..... 125.470 Euros

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A.

(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social 2.000.000,00

Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

Código das contas POC	Activo	EXERCÍCIOS (€)			
		2002			2001
		Activo bruto	Amort./Provisões	Activo líquido	Activo líquido
	Imobilizado				
431/35	Imobilizações Incorpóreas				
	Despesas Invest. e Desenvolvimento	309.766,82	217.220,73	92.546,09	65.097,33
		309.766,82	217.220,73	92.546,09	65.097,33
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	73.616,65		73.616,65	73.616,65
422	Edifícios e outras construções	1.863.543,49	1.363.646,94	499.896,55	534.541,99
423	Equipamento básico	7.169.031,89	6.494.800,02	674.231,87	824.610,70
424	Equipamento de transporte	160.276,14	103.916,38	56.359,76	9.059,97
425	Ferramentas utensílios	21.377,82	18.977,67	2.400,15	3.548,85
426	Equipamento administrativo	307.718,96	186.351,38	121.367,58	127.341,85
429	Outras imobilizações corpóreas	399.948,35	184.488,45	215.459,90	193.872,14
441/448	Imobilizações em curso	16.450,00		16.450,00	10.375,00
		10.011.963,30	8.352.180,84	1.659.782,46	1.776.967,15
	Investimentos financeiros				
4111	Partes de capital em empresas de grupo	151.434,65		151.434,65	157.819,03
4114	Partes de capital em outras empresas	7.416,78		7.416,78	4.916,78
		158.851,43	0,00	158.851,43	162.735,81
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.061.925,79		1.061.925,79	1.215.802,50
35	Produtos e trabalhos em curso	1.069.764,29		1.069.764,29	1.134.747,79
33	Produtos acabados e intermédios	939.665,77		939.665,77	793.293,32
32	Mercadorias			0,00	
37	Adiantamentos por conta de compras			0,00	
		3.071.355,85	0,00	3.071.355,85	3.143.843,61
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
211	Cientes c/c	1.107.207,81		1.107.207,81	1.089.960,69
212	Cientes, títulos a receber	562.432,73		562.432,73	734.412,88
218	Cientes de cobrança duvidosa	499.251,39	446.651,17	52.600,22	
24	Estado e outros entes públicos	4.585,34		4.585,34	7.340,33
262+266					
267					
268+221	Outros devedores	80.503,62		80.503,62	102.190,38
		2.253.980,89	446.651,17	1.807.329,72	1.933.904,28
18	Títulos negociáveis				
	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos bancários e caixa:				
12	Depósitos à ordem	138.492,12		138.492,12	62.053,54
11	Caixa	3.021,04		3.021,04	1.807,12
		141.513,16	0,00	141.513,16	63.860,66
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos				2.736,30
272	Custos diferidos	4.037,12		4.037,12	4.699,49
		4.037,12		4.037,12	7.435,79
	Total de amortizações		8.569.401,57		
	Total de provisões		446.651,17		
	Total do activo	15.951.468,57	9.016.052,74	6.935.415,83	7.153.844,63

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2002

O Conselho de Administração

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

Dr. José Carlos Newton da Silva Faria

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A.

(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social 2.000.000,00

Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

Código das contas POC	Capital próprio e passivo	EXERCÍCIOS	
		(€)	
		2002	2001
	Capital Próprio:		
51	Capital	2.000.000,00	2.000.000,00
521	Acções próprias	-196.200,00	-162.215,00
522	Acções próprias - prémios e descontos	44.072,16	41.571,94
54	Prémio de emissão de acções	523.737,79	523.737,79
55	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	126.159,60	126.159,60
56	Reservas de reavaliação:		
	Decreto-Lei n.º. 111/88		85.091,32
	Decreto - lei n.º. 49/91		155.596,55
	Decreto - Lei n.º. 264/92	608.735,80	608.735,80
	Decreto - Lei n.º. 31/98	563.623,92	563.623,92
	Reservas:		
571	Reservas legais	448.918,11	448.918,11
574	Reservas livres	947.539,54	1.197.369,16
577	Reserva a que se refere o artº 324º CSC	152.127,84	120.643,06
578	Fundo para regularização do dividendo	100.836,72	100.836,72
59	Resultados transitados	-367.633,18	
88	Resultado líquido do exercício	-346.497,82	-233.822,02
	Total do capital próprio	4.605.420,48	5.576.246,95
	Provisões para outros riscos e encargos		
291	Pensões de Reforma	539.054,67	
	Dividas a terceiros - médio e longos prazos:		
23	Empréstimos bancários	399.038,32	448.918,11
	Dividas a terceiros - curto prazo:		
23	Empréstimos bancários	509.158,53	249.398,95
221	Fornecedores c/c	69.219,18	26.235,32
255	Outros accionistas	884,61	884,61
24	Estado e outros entes públicos	129.999,96	150.463,74
261.267	Outros credores	148.969,85	84.638,21
266.267			
268.211			
		1.796.325,12	960.538,94
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	308.610,28	325.375,84
274	Proveitos diferidos	225.059,95	291.682,90
		533.670,23	617.058,74
	Total do passivo	2.329.995,35	1.577.597,68
	Total do capital próprio e do passivo	6.935.415,83	7.153.844,63

O Técnico Oficial de Contas

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A.

(Sociedade Aberta)

Contribuinte Nº 500.268.894 • Capital Social 2.000.000,00

Matrícula Nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

Código das contas	Custos e Perdas	EXERCÍCIOS			
		€			
		2002		2001	
POC					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	5.785,41		30.984,96	
	Matérias	1.115.540,70	1.121.326,11	1.287.357,03	1.318.341,99
62	Fornec. Serviços Externos		513.474,21		482.943,54
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.973.434,77		1.960.263,61	
	Encargos Sociais:				
643+644	Pensões			15.555,01	
645/8	Outros	451.093,94	2.424.528,71	442.464,77	2.418.283,39
66	Amortizações de imobilizado corpóreo				
	Incorpóreo	430.840,69		316.965,86	
67	Provisões	75.460,34	506.301,03	37.610,29	354.576,15
63	Impostos	17.501,30		4.827,81	
65	Outros custos operacionais	5.989,41	23.490,71	3.752,96	8.580,77
	(A)		4.589.120,77		4.582.725,84
682	Perdas em emp. Grupo	6.384,37			
683+684	Amortiz. Aplic. Financeiras				
	Juros e custos similares:				
	Rel.empresas interligadas				
	Outros	80.259,68	86.644,05	64.209,30	64.209,30
	(C)		4.675.764,82		4.646.935,14
69	Custos e perdas extraordinárias		6.647,67	10.506,77	10.506,77
	(E)		4.682.412,49		4.657.441,91
86	Imposto s/ o rendimento		1.190,62	196,34	196,34
	(G)		4.683.603,11		4.657.638,25
88	Resultados líquidos do exercício		-346.497,82		-233.822,01
		0,00	4.337.105,29	0,00	4.423.816,24

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2002
O Conselho de Administração

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)
Dr. José Carlos Newton da Silva Faria
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A.

(Sociedade Aberta)

Contribuinte Nº 500.268.894 • Capital Social 2.000.000,00

Matrícula Nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

Código das contas POC	Proveitos e Ganhos	EXERCÍCIOS			
				€	
		2002		2001	
71	Vendas:				
	Mercadorias – Malhas	5.785,41		34.083,44	
	Produtos Acabados				
	Fios	919.686,74		980.674,40	
	Malhas	1.864.384,76		1.424.140,75	
	Tecidos	928.587,57		1.099.008,46	
	Subprodutos	983,32		1.613,49	
		3.719.427,80		3.539.520,54	
72	Prestação de serviços:				
	Diversos	457,59		320,70	
	Conta Alheia:				
	Cardação e Fiação	116.210,10		138.101,41	
	Super Cardado	0,00			
	Tinturaria	20.461,13		30.096,14	
	Ultimação	77.423,95		89.957,13	
	Outras	101,88		3.793,94	
		214.654,65	3.934.082,45	262.269,32	3.801.789,86
	Variação de produção		81.463,76		372.131,24
75	Trabalhos para a própria empresa		66.409,50	11.825,69	
73	Proveitos suplementares		46.790,57	49.459,59	
74	Subsídios exploração		0,00		
76	Outros proveitos ganhos operacionais (B)		785,70	1.420,63	62.705,91
			4.129.531,98		4.236.627,01
782	Ganhos em empresas Grupo			19.775,96	
784	Rend. particip. Capital				
	Rend. Títulos negociáveis:				
	Relativos empresas grupo				
	Outros				
	Outros juros e prov similares:				
	Relativ. empresas grupo				
781/788	Outros (D)	57.616,20	57.616,20	64.548,19	84.324,15
			4.187.148,18		4.320.951,16
79	Proveitos extraordinários		149.957,11		102.865,06
	(F)		4.337.105,29		4.423.816,22

RESUMO		2002	2001
Resultados operacionais	(B)-(A)	-459.588,79	-346.098,82
Resultados financeiros	(D-B) - (C-A)	-29.027,85	20.114,86
Resultados correntes	(D) - (C)	-488.616,64	-325.983,96
Resultados antes de imposto	(F) - (E)	-345.307,20	-233.625,68
Resultados Líquidos	(F) - (G)	-346.497,82	-233.822,01

O Técnico Oficial de Contas

Antónia Craveira Lopes

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A.

(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social 2.000.000,00

Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

Demonstração dos resultados por funções	Exercício 2002
	€
Vendas e prestações de serviços	3.934.082,45
Custos das vendas e prestações de serviços	3.266.300,36
<i>Resultados brutos</i>	<i>667.782,09</i>
Outros proveitos e ganhos operacionais (+)	40.320,39
Custos de distribuição	220.268,33
Custos administrativos	705.162,45
Outros custos e perdas operacionais	98.951,05
<i>Resultados operacionais</i>	<i>-316.279,35</i>
Custo líquido de financiamento (-)	22.643,48
Perdas em filiais e associadas	6.384,37
<u>Resultados não usuais ou não frequentes</u>	
<i>Resultados correntes</i>	<i>-345.307,20</i>
Impostos sobre os resultados correntes	
<i>Resultados correntes após impostos</i>	<i>-345.307,20</i>
<u>Resultado de operações de descontinuação (líquido de imposto)</u>	
Resultados extraordinários (+)	
Impostos sobre os resultados extraordinários	
<i>Resultados extraordinários após impostos</i>	<i>345.307,20</i>
<u>IRC - Tributação Autónoma</u>	1.190,62
Resultados Líquidos	-346.497,82
<i>Resultados(negativos) por acção</i>	<i>.96</i>

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2002

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

Dr. José Carlos Newton da Silva Faria

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

António Craveiro Lopes

ANEXO

Lista de acções de que são titulares, em 31 de Dezembro de 2002, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, elaborada com base nos elementos por eles prestados (artº. 447, nº. 5, do Código das Sociedades Comerciais).

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE ACÇÕES

	Saldo inicial	Aquisições				Alienações				Saldo final
	Quantidade	Data	Quant.	Preço Unitário	Valor Transacção	Data	Quant.	Preço Unitário	Valor Transacção	Quantidade
				€	€			€	€	
Conselho de Administração:										
Dra. Odete da Glória B. Esteves Carvalho	97.000									97.000
Dr. José Carlos Newton da Silva Faria		02 . 12	200	4.50	900	12.	100	4.50	450	100
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira		02 . 12	200	4.50	900	12.	100	4.50	450	100
Conselho Fiscal:										
Dr. Álvaro Alberto Botelho Maia Gonçalves	750									750
Arq. João Adelino Paixão Salvado	9.000									9.000
Totais.....	106.750		400		1.800		200		900	106.950

a) Movimento no exercício

<p>Dr. José Carlos Newton da Silva Faria Em Fevereiro detinha 100 acções e em Dezembro adquiriu no Mercado mais 100. Em Dezembro, alienou 100 acções.</p>
<p>Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira Em Fevereiro detinha 100 acções e em Dezembro adquiriu no Mercado mais 100. Em Dezembro, alienou 100 acções.</p>

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A.

(Sociedade Aberta)

Contribuinte N° 500.268.894 • Capital Social 2.000.000,00

Matrícula N° 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

ANEXO

Lista de accionistas que, em 31 de Dezembro de 2002, e com base nos elementos por eles prestados, são titulares de, pelo menos, um décimo do capital, bem como dos accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções do capital (n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais).

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho

Maria Teresa Esteves Corte-Real Negrão

Dr. Joaquim António Carvalho da Mota Veiga

Accionistas que deixaram de ser titulares das referidas fracções:

Nada a indicar.

ANEXO

Outras informações prestadas no âmbito do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Alínea b) do artigo 3º do Regulamento CVM 11/2000.

- b) Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidos pelos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o período considerado.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE ACÇÕES

	Saldo inicial	Aquisições				Alienações				Saldo final
	Quantidade	Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Data	Quant.	Preço Unitário €	Valor Transacção €	Quantidade
Conselho de Administração:										
Dra. Odete da Glória B. Esteves Carvalho	97.000									97.000
Dr. José Carlos Newton da Silva Faria		02 . 12	200	4.50	900	12.	100	4.50	450	100
Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira		02 . 12	200	4.50	900	12.	100	4.50	450	100
Conselho Fiscal:										
Dr. Álvaro Alberto Botelho Maia Gonçalves	750									750
Arq. João Adelino Paixão Salvado	9.000									9.000
Totais.....	106.750		400		1.800		200		900	106.950

- d) Lista de titulares de participações sociais qualificadas, com a indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20º do CVM:

	Nº Acções	% Votos
Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho.....	97.000	26,89%
Maria Teresa Esteves Corte-Real Negrão	62.300	17,27%
Dr. Joaquim António Carvalho da Mota Veiga	44.104	12,23%
Herd. de José Neves Fraga	17.600	4,88%
Maria Alberta de Azevedo Botelho Maia Gonçalves.....	16.792	4,65%
Maria Teresa de Lemos Santos Almeida Ribeiro.....	15.657	4,34%
Engº António Manuel de Lemos Santos.....	12.420	3,44%
Engº Afonso Fernandes Lourenço da Silva	10.200	2,83%
Coronel Orlando José Saraiva G. Amaral	9.016	2,50%
Arq. João Adelino Paixão Salvado	9.000	2,49%
Dra. Patrícia Negrão Duarte Madeira.....	8.950	2,48%

Manteigas, 31 de Dezembro de 2002

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

« Exercício de 2002 »

1 - Nota Introdutória

A Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A. foi constituída em 28 de Abril de 1960, com o capital de 6.000 contos, sendo actualmente de € 2.000.000.

O objecto social da empresa consiste no exercício da indústria têxtil - preparação e fiação de fibras do tipo de lã cardada, confecção de malhas e produção de têxteis-lar.

As notas que se seguem estão organizadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (Decreto-Lei nº. 410/89, de 21 de Novembro) e obedecem à respectiva sequência numérica. Os números omissos correspondem a notas não aplicáveis ou dizem respeito a situações não materialmente relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

2 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício de 2002 não contêm alterações materialmente relevantes, sendo perfeitamente comparáveis com as do exercício anterior.

Notas:

Acréscimos e Diferimentos

A rubrica Acréscimos e Diferimentos inclui o montante de € 225.059,89 relativa a subsídios atribuídos, cuja decomposição é a seguinte:

Quadro 3 - PROJECTO DE REESTRUTURAÇÃO DOS LANIFÍCIOS – Em Euros

Valor dos investimentos	Valor das amortizações acumuladas	Reposição em resultados			Valor dos incentivos	Saldo dos incentivos que transita
		até 2001	em 2002	Total reposto		
2.872.715,26	2.825.565,19	721.470,85	1.409,64	722.880,49	739.966,68	17.086,19

Quadro 4 – SIMIT – Em Euros

Valor dos investimentos	Valor das amortizações acumuladas	Reposição em resultados			Valor dos incentivos	Saldo dos incentivos que transita
		até 2001	Em 2002	Total reposto		
1.288.828,53	436.167,26	58.384,09	43.269,27	101.653,36	306.710,83	
194.018,32	186.397,95	82.476,06	36.030,57	118.506,63	107.336,32	
1.482.846,85	622.565,21	140.860,15	79.299,84	220.159,99	414.047,15	193.887,16

Quadro 5 – FORMAÇÃO – PROJECTO POEFDS

Valor do investimento	Valor das amortizações acumuladas	Valor dos incentivos atribuídos	Valor repostado em resultados
29.705,98	9.901,00	21.128,75	7.042,21

b) Demonstração dos resultados líquidos

Custos:

Redimensionada a produção face ao volume da carteira de encomendas, reduziu-se o valor da variação de produção, de que resultou, obviamente, um decréscimo no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Constatando-se haver algumas oscilações, o valor global dos custos operacionais está ao mesmo nível do ano transacto, o mesmo não sucedendo todavia com os custos financeiros devido a uma maior utilização do crédito bancário.

Proveitos:

Apesar das notórias dificuldades com que se depara todo o tecido empresarial, ainda assim o volume de negócios da empresa cresceu 3,45%.

As causas que motivaram o decréscimo dos proveitos financeiros assentam numa menos aplicação de fundos disponíveis ao longo do exercício de 2002.

3 - Critérios valorimétricos adoptados

Não se alteraram os critérios valorimétricos utilizados em anos anteriores na valorização das existências, os quais respeitam os princípios estabelecidos no n.º. 1, alínea a) do art.º. 26.º. do CIRC, e que são:

a) Matérias primas, subsidiárias e de consumo, incluindo mercadorias:

Preço de aquisição que inclui todas as despesas necessárias à colocação dos bens em armazém.

b) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso:

1. Produtos acabados:

Manteve-se o critério valorimétrico desde há muito adoptado, tendo por base o preceituado na alínea c) do n.º. 1 do artigo 26.º. do CIRC, conjugado com o n.º. 4 do mesmo artigo.

2. Produtos e trabalhos em curso:

Custo de produção, baseado no cálculo teórico das várias operações, de acordo com critérios utilizados desde a fundação da Empresa.

c) Amortizações e provisões:

As amortizações e reintegrações foram calculadas segundo o método das quotas constantes e, muito embora nalguns casos se verifique a aplicação de taxas inferiores às máximas previstas no Decreto-Regulamentar n.º. 2/90, porque aquelas vinham já sendo utilizadas antes da publicação daquele diploma, o método é, porém, consistente com o do exercício anterior.

As provisões para créditos de cobrança duvidosa apresentam os seguintes valores:

Artigo 35º., nº 2 do CIRC	6 a 12 meses	12 a 18 meses	18 a 24 meses	24 meses
Valor dos créditos de cobrança duvidosa	87.234,72	30.179,34	19.206,12	354.092,51
Valor da provisão fiscal	21.808,68	15.089,67	14.404,59	354.092,51
Valor da provisão constituída	47.080,17	17.733,67	19.206,12	354.092,51
Encargos bancários.....				8.538,70
Provisões	47.080,17	17.733,67	19.206,12	362.631,21
Total da Conta	446.651,17			

Notas: Dado o grau de risco na cobrabilidade de alguns dos créditos evidenciados na contabilidade, por uma questão de prudência, optou-se pela constituição de provisão para créditos de cobrança duvidosa pela totalidade dos respectivos valores.(+ € 41.255,72)

d) Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

Os bens corpóreos estão valorizados a preços de aquisição ou de produção, reavaliado de acordo com os diplomas mencionados na nota 12, e os incorpóreos registados pelos respectivos custos incorridos.

e) Investimentos financeiros:

Os critérios valorimétricos adoptados são:

Conta 4111 - Partes de capital em empresas do grupo:
Método da equivalência patrimonial

Conta 4114 - Partes de capital em outras empresas:
Custo de aquisição

6 - Indicação de situações que afectem significativamente impostos futuros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e a eventual correcção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.

A empresa não reconheceu os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias, uma vez que a sua contabilização originaria um activo por impostos diferidos, cuja reversão se afigura difícil num horizonte temporal aceitável.

Caso a referida contabilização tivesse sido efectuada, o activo líquido e o passivo viriam aumentados em cerca de 173.000 euros e 39.000 euros respectivamente, e os resultados transitados negativos e o prejuízo do exercício viriam diminuídos em cerca de 27.000 e 107.000 euros.

7 - Número médio de pessoas ao serviço da empresa, no exercício

Empregados	19	
Assalariados	<u>269</u>	288

VÍNCULO	Nº.de Trabalh. em 01 01 02	ADMISSÕES		DEMISSÕES		Nº. de Trabalh. em 31 12 02
		Nº. Trabalh.	Mês	Nº. Trabalh.	Mês	
EFFECTIVOS						
1. Empregados	27	3	4/5/ e 8	11	Vários	19
2. Assalariados	273			18	Vários	255
A TERMO Assalariados:						
1. Certo	19	1	02	6	3/ 6 e 11	14
2. Incerto						
TOTAL	319	4		35		288
NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES						290

8 - Comentários às contas de Imobilizações incorpóreas

As alterações verificadas dizem respeito a custos incorridos com novas colecções de têxteis e gastos promocionais desenvolvidos no exercício.

10 - Movimento ocorrido nas rubricas do activo imobilizado e nas amortizações acumuladas

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reav.	Aumentos	Alienações	Abates ou Transferências	Saldo Final
432 – Desp. Invest e Desenvolvimento	5.096,94		90.266,96			95.363,90
435 – Projectos de investimento	195.053,15		36.405,16		17.055,39	214.402,92
	200.150,09		126.672,12		17.055,39	309.766,82
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	73.616,65					73.616,65
Edifícios e outras construções	1.849.148,14		14.395,35			1.863.543,49
Equipamento básico	7.122.465,02		47.472,18		-905,31	7.169.031,89
Equipamento de transporte	101.042,10		59.234,04			160.276,14
Ferramentas e utensílios	21.377,82					21.377,82
Equip. administrativo e social	271.727,08		35.086,57		905,31	307.718,96
Outras imobilizações corpóreas	347.778,84		52.169,51			399.948,35
Imobilizações em curso	10.375,00		16.450,00		-10.375,00	16.450,00
	9.797.530,65		224.807,65		-10.375,00	10.011.963,30
Investimentos financeiros						
Partes capital noutras empresas	4.916,77		2.500,00			7.416,77
Partes de capital em associadas	157.819,02		-5.913,06			151.905,96
	162.735,79		-3.413,06			159.322,73

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações		Saldo final
			Por reavaliação	Abat. e Alienaç.	
Imobilizações incorpóreas:					
483-Despesas Invest. e desenvolv.	20.781,17	45.839,71			66.620,88
483 – Projectos de investimento	114.271,59	53.383,65		-17.055,39	150.599,85
	135.052,76	99.223,36		-17.055,39	217.220,73
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	1.314.606,15	49.040,79			1.363.646,94
Equipamento básico	6.297.854,33	196.945,69			6.494.800,02
Equipamento de transporte	91.982,14	11.934,24			103.916,38
Ferramentas e utensílios	17.828,97	1.148,70			18.977,67
Equip. administrativo e social	144.385,23	41.966,15			186.351,38
Outras imobilizações corpóreas	153.906,69	30.581,76			184.488,45
	8.020.563,51	331.617,33			8.352.180,84
Totais (483 + 482)	8.155.616,27	430.840,69		-17.055,39	8.569.401,57

12 - Diplomas legais relacionados com reavaliações do activo imobilizado:

Os diplomas legais que serviram de base às reavaliações até agora efectuadas, foram os seguintes:

Decretos-Leis n.ºs. 430/78, 219/82, 399G/84, 118B/86, 111/88, 49/91, 264/92 e 31/98.

16 - Firma e sede de empresas do grupo e das empresas associadas, com indicação da fracção de capital detida, bem como dos capitais próprios e do resultado do último exercício em cada uma dessas empresas, com menção desse exercício.

A empresa-mãe “*Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A.*”, não consolida contas tendo por base o preceituado no n.º. 1, do artigo 4.º. do Decreto-Lei n.º. 218/91, de 2 de Julho.

1. Empresas do grupo:

Empresa filial ou associada:

- LANIFÍCIOS IMPÉRIO, DE ESTEVES, SANTOS & BOTELHO, S.A.

Sede - Amieiros Verdes • 6260 MANTEIGAS

2. Fracção de capital detido:

A empresa-mãe detém, na filial, uma fracção de 50,25% do seu capital, correspondendo a 10.000 acções.

3. Capitais próprios, do exercício, das empresas do grupo:

Exercício de 2002

Capitais Próprios

Empresa Associada € 301.306,28

4. Resultado do último exercício

Empresa Associada..... €
- 12.702,68

22 - Valores globais de existências que se encontram fora da empresa, consignadas, em trânsito, à guarda de terceiros.

Em poder de terceiros:

No depósito de Minde encontravam-se em stock, para fornecimentos imediatos, os seguintes valores:

Fios:

5.816,4 Kgs. de fio 1/15 Lambswool estrela x € 7,92 . € 46.065,89

Malhas

Giannone – Difusão, Limitada € 1.506,26

Camilo Pinto, S.A € 7.607,40

Silva & Sistelo, S.A..... € 17.927,50

23 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa:

Conta 218 - Clientes de cobrança duvidosa 499.251,39

31 - Responsabilidade com títulos descontados:

O valor de letras descontadas,
e não vencidas em 31.12.2002, era de 801.987,10

32 - Descrição das responsabilidades da empresa, por garantias prestadas:

Banco Português do Atlântico:

A empresa contraiu um empréstimo a longo prazo, no valor de € 598.557,48, destinado a financiar o projecto de investimento, conforme contrato assinado com a Instituição Bancária, garantido por livrança assinada em branco pela empresa, entretanto já amortizado com a 1ª prestação de € 99 759,58, sendo o saldo actual de € 498.797,90.

Para garantir o valor dos incentivos foi, por este Banco, prestada uma garantia a favor do IAPMEI, no valor de € 153.355,41. Também com este banco existe uma conta-corrente caucionada, cujo montante utilizado no final do exercício, ascende a € 109.759,58.

BNU/Caixa Geral de Depósitos:

Garantia prestada, através de livrança em branco, pela empresa, no valor de € 448.918,11 para AS contas-correntes caucionada. À data de 31 de Dezembro de 2002, a nossa contabilidade regista uma utilização de € 299.639,37.

Através deste mesmo Banco foram prestadas garantias, por livrança em branco, a favor do CLAFSA, no valor total de € 497,55.

34 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução/ Anulação	Saldo final
28-Provisões para cobranças duvidosas	373.107,69	75.460,34	1.916,86	446.651,17
29 –Provisões para outros riscos e encargos a)	-,-	593.093,47	54.038,80	539.054,67
Totais	373.107,69	668.553,81	55.955,66	985.705,84

a) Ver nota 40.

36 - Composição do Capital Social:

Em 31 de Dezembro de 2002 o capital social da empresa de € 2.000.000 está totalmente subscrito e realizado, composto por:

400.000 acções ao portador com o valor nominal de € 5,00 em títulos de 1, 5, 10, 20, 50, 100 e 500 acções.

40 - Variações nas rubricas de Capitais Próprios:

CONTAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

Contas	Saldo inicial €	Movimentos		Saldo final €
		+	-	
Capital	2.000.000,00			2.000.000,00
Acções próprias	-120.643,06	4.955,05	36.439,85	-152.127,86
Prémio de emissão de acções	523.737,79			523.737,79
Ajustamento de partes de capital	126.159,60			126.159,60
Reservas de reavaliação	1.413.047,59		240.687,87	1.172.359,72
Reservas legais	448.918,11			448.918,11
Reservas livres	1.197.369,18		249.829,62	947.539,56
Reservas a que se refere o art. 324 CSC	120.643,06	31.484,78		152.127,84
Reservas especiais	100.836,72			100.836,72
Resultados transitados		525.967,20	893.600,38	-367.633,18
Resultado líquido do exercício	-233.822,02	233.822,02	346.497,82	-346.497,82
Totais	5.576.246,97	796.229,05	1.767.055,54	4.605.420,48

1. As principais variações ocorridas nas rubricas acima, resultam da aplicação do resultado do exercício de 2001, e da afectação a resultados transitados do valor estimado no cálculo actuarial para o fundo de pensões, no valor de 593.093 Euros.

2. Capital Próprio

No exercício de 2002 a empresa adquiriu, em Bolsa, 7.197 acções próprias a um preço médio de € 4,59. Como determina a alínea b), do nº. 1 do Artigo 324º do CSC, foi corrigida a respectiva reserva para € 152.127,84. No exercício de 2002, foram alienadas 400 acções próprias ao preço de € 4,50, sendo portanto de 39.240 o total de acções próprias detidas pela empresa, no final deste exercício, incluindo 437 acções atribuídas em aumentos de capital por incorporação de reservas. O preço médio de cada uma das acções detidas, em 31 de Dezembro de 2002, é de € 3,88.

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		1.215.802,50
Compras	5.785,41	961.663,99
	5.785,41	2.177.466,49
Regularização de existências		
Existências finais		1.061.925,79
Custo no exercício	5.785,41	1.115.540,70
Totais	1.121.326,11	

42 - Demonstração da variação de produção:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	939.665,77		1.069.764,29
Regularização de existências	74,81		
	939.740,58		1.069.764,29
Existências iniciais	793.293,32		1.134.747,79
Varição no exercício	146.447,26		-64.983,50
Total da variação da produção			81.463,76

43 - Remunerações dos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

O valor das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foi:

Administração	€ 125.469,35
Assembleia Geral - senhas de presença	€ 1.795,68
Conselho Fiscal - senhas de presença	€ 1.197,12

Responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos antigos membros dos órgãos acima referidos:

Pagamentos efectuados durante o exercício de 2002	€ 23.631,59
Responsabilidade da empresa em 31.12.2002.....	€ 539.054,67

44 - Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços:

MERCADOS/ACTIVIDADES	MERCADOS			Total
	Interno	Intracomunitário	Países Terceiros	
VENDAS:				
Mercadorias - malhas	5.785,41			5.785,41
Produtos Acabados				
1. Fios	876.977,73	10.419,10	32.289,91	919.686,74
2. Malhas	1.819.563,48	19.319,47	25.501,81	1.864.384,76
3. Tecidos	775.923,00	135.077,08	17.587,49	928.587,57
4. Subprodutos	983,32			983,32
Total de vendas.....	3.479.232,94	164.815,65	75.379,21	3.719.427,80
PRESTAÇÕES SERVIÇOS				
1. Oficinas	457,59			457,59
2. Cardação e Fiação	116.210,10			116.210,10
3. Super-Cardado				
4. Tinturaria	20.461,13			20.461,13
5. Ultimação	77.423,95			77.423,95
6. Outros	101,88			101,88
Total de Prestação Serviços	214.654,65			214.654,65
TOTAL VOLUME NEGÓCIOS	3.693.887,59	164.815,65	75.379,21	3.934.082,45

45 - Demonstração de resultados financeiros:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
681-Juros suportados	43.479,15	27.519,91	781-Juros obtidos	471,96	11.752,63
682-Perdas em empresas do grupo	6.384,37		782-Ganhos em empresas associadas		19.775,96
685-Dif. Câmbio desfavoráveis	366,77	2.137,85	785-Dif. Câmbio favoráveis	9,54	1.816,27
686-Descontos p.p.concedidos	33.892,83	30.378,73	786-Descontos p. p. obtidos	10.376,46	11.511,99
688-Outros custos. E perdas financeiras	2.520,93	4.172,80	788-Outros proveitos e ganhos financeiros	46.758,24	39.467,31
Resultados Financeiros	-29.027,85	20.114,86			
	57.616,20	84.324,15		57.616,20	84.324,16

46 - Demonstração dos resultados extraordinários:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
691-Donativos	225,00		792-Recuper.dividas		2.678,39
692-Dívidas incobráveis			793-Ganhos existências		2.782,79
694-Perdas em imobilizado			794-Ganhos imobilizações	2.244,99	5.312,70
695-Multas e penalizações	584,44	50,54	796-Redução de provisões	32.324,05	1.737,42
697-Corr. relat. exercícios anteriores	5.203,97	5.680,78	797-Cor. relat. exercícios anteriores	3.654,69	6.336,29
698-Outros custos e perdas extraordinários	634,26	4.775,45	798-Outros proveitos e ganhos extraord.	111.733,38	84.017,47
Resultados Extraordinários	143.309,44	92.358,29			
	149.957,11	102.865,06		149.957,11	102.865,06

Nota: A rubrica outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de € 87.751,70 relativo aos subsídios para investimento referentes aos seguintes projectos:

Projecto de reestruturação dos lanifícios.....€ 1.409,64
 Simit.....€ 79.299,85
 Projecto formação POEFDS (Programa Operacional da Economia e Formação para o Desenvolvimento Social)€ 7.042,21

47 - Informações exigidas por diplomas legais:

Títulos em caução2.700 =€ 13.500,00
 Cauções bancárias, nos termos do artº 396 do CSC€ 10.000,00

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2002

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

António Craveiro Lopes

Dr. José Carlos Newton da Silva Faria

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

« Exercício de 2002 »

MÉTODO DIRECTO

ACTIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimento de clientes		4.790.930,08	
Pagamentos a fornecedores		1.592.460,45	
Pagamentos a pessoal		1.763.355,63	
Fluxo gerado pelas operações		<u>1.435.114,00</u>	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(-)	750,97	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividade operacional	(-)	<u>1.411.533,27</u>	
Fluxos gerados antes das rubricas Extraordinárias			22.829,76
Recebimentos relacionados com rubricas Extraordinárias	(+)	60.119,06	
Pagamentos relacionados com rubricas Extraordinárias	(-)	<u>2.603,06</u>	
Fluxos da actividade operacional	(1)		<u>80.345,76</u>

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimentos provenientes de:

Imobilizações incorpóreas			
Imobilizações corpóreas			
Juros e proveitos similares	(+)	<u>266,39</u>	266,39
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		2.500,00	
Imobilizações corpóreas		134.242,07	
Imobilizações incorpóreas	(-)	<u>28.811,44</u>	165.553,51
Fluxos da actividade de Investimento	(2)		<u>- 165.287,22</u>

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos provenientes de:

Empréstimos obtidos	(+)	275.000,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	(-)	65.120,21	
Juros e custos similares	(-)	14.129,72	
Dividendos	(-)		
Aquisição de acções próprias	(-)	<u>33.156,20</u>	162.593,87
Fluxos das actividades de financiamento	(3)		<u>162.593,87</u>

Variação de caixa e seus equivalentes:

(4) = (1)+(2)+(3) 77.652,50

Caixa e seus equivalentes no início do período 63.860,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período **141.513,16**

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

« Exercício de 2002 »

1 - Relativamente à aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:

a) b) c) d) – Nada a mencionar

2 - Discriminação dos componentes de Caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de Caixa com as rubricas de balanço:

	2002	2001
Numerário	3.021,04	1.807,12
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	138.492,12	62.053,54
Caixa e seus equivalentes	141.513,16	63.860,66
Outras disponibilidades		00
Disponibilidades constantes do balanço	141.513,16	63.860,66

3 - Divulgação de informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias:

a) b) e c) – Nada a mencionar

4 - Repartição do fluxo de caixa por ramos de actividade ou zonas geográficas:

Não se aplica à Empresa.

5 - Outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa:

- I) Nada a indicar;
- II) Nada a indicar;
- III) Nada a indicar;
- IV) Nada a indicar.

Outras rubricas de interesse a publicar:

- V) Recebimentos e pagamentos relacionados com impostos e taxas em que a empresa actua como responsável pela liquidação, retenção e entrega dos respectivos valores:

Saldos de encerramento de balanço, cujos valores deverão ser entregues ao Estado no mês de Janeiro de 2003:

Conta: 242 - Imposto sobre o rendimento

Trabalho dependente.....	€ 6.864,12
Trabalho independente.....	€ 419,28
Pensões.....	€ 388,88
Prediais.....	€ 54,00
Comissões a intermediários.....	€ 3.144,72
Total das retenções	€ 10.871,00

Conta 243 - IVA - Imposto sobre o valor acrescentado

IVA a pagar

Saldo de Novembro de 2002€ 44.375,27

Saldo de Dezembro de 2001 € - 13.733,65

€ 30.641,62

Conta 244 - Restantes Impostos:

Imposto de selo

S/ Letras€ 1.859,76

VI) Valores relativos às contas de balanço nas quais se reflecte o movimento de reforma e amortização sistemática de letras sacadas sobre clientes (numa base líquida)

Saldo no encerramento de balanço:

Conta 212 - Clientes

Títulos a receber€ 1.364.419,83

Conta 214 - Responsabilidade com letras descontadas€ 801.987,10

Valor das letras em carteira **€ 562.432,73**

Amieiros Verdes (Manteigas), 31 de Dezembro de 2002

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

António Craveiro Lopes

Dr. José Carlos Newton da Silva Faria

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre o Relatório e Contas e Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A.**, referentes ao exercício de 2002.
2. No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a actividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através de contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito da nossa competência, verificámos a regularidade dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos que lhes servem de suporte.
4. O Relatório do Conselho de Administração reflecte de forma adequada a actividade desenvolvida pela Sociedade durante o exercício de 2002. O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, o respectivo Anexo e a Demonstração dos fluxos de caixa, encontram-se elaborados em conformidade com a legislação aplicável e os princípios contabilísticos geralmente aceites.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitida nesta data a qual se dá aqui como reproduzida e fica a fazer parte integrante deste documento, manifestando o Conselho Fiscal a sua concordância com a mesma.
6. Nestes termos, o Conselho Fiscal entende dever dar parecer favorável sobre a administração da Sociedade e designadamente sobre o Relatório e Contas apresentados aos Senhores Accionistas pelo Conselho de Administração.
7. Face ao exposto, somos do parecer que a Assembleia Geral da Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A. aprove:
 - a) o Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002;
 - b) a Proposta de Aplicação dos Resultados constante dos mencionados documentos.

Manteigas, 28 de Fevereiro de 2003

O CONSELHO FISCAL

VICTOR FRANCO E LISBOA NUNES, SROC
representada por
Carlos António Lisboa Nunes
ROC N° 427

ÁLVARO ALBERTO BOTELHO MAIA GONÇALVES

JOÃO ADELINO PAIXÃO SALVADO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, da **Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 6.935.416 euros, e um total de capital próprio de 4.605.421 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 346.498 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) **a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;**
 - b) **a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;**
 - c) **a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;**
 - d) **a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;**
 - e) **a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.**
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
- ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - ♦ a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

O Sócio Responsável

(Carlos António Lisboa Nunes)
(ROC n.º 427)

SOCIEDADE TEXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A~

(Sociedade Aberta)

Contribuinte nº.: 500 268 894

Capital social: € 2.000.000,00

Matrícula nº. 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

Amieiros Verdes

6260 MANTEIGAS

DELIBERAÇÕES

“Extracto da Acta nº. 56, relativa à apresentação de contas do exercício de 2002”

(...)

Assim, passaria a ler o primeiro ponto (da ordem de trabalhos): “Eleição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, para completar o mandato que termina a 31 de Dezembro de 2004”.

(...)Foi proposta para o cargo a Accionista, Dr^a. Maria Margarida Chaves Gomes Medeiros. (...)Mais foi proposto que, no caso de ser eleita, assuma de imediato a presidência da mesa, por forma a conduzir os restantes pontos da ordem de trabalhos. (...) Foi deliberado fazer duas votações distintas, uma para a eleição propriamente dita e outra para a sua entrada imediata em funções: Feitas as duas votações , foi eleita e entrou em funções imediatas, respectivamente com o seguinte resultado: 2871 votos a favor e 184 abstenções e 2487 votos a favor, 456 votos contra e 112 abstenções.

Posto à votação o segundo ponto da ordem de trabalhos. “Preenchimento do lugar vago na Comissão de Remunerações, para completar o mandato que termina a 31 de Dezembro de 2004”, foi eleito o Accionista, Eng^o. José Paulo Ascensão Fraga, com 3025 votos a favor e 30 abstenções.

(...)

Pela Presidente da Mesa foi dito que (...) passaríamos então à votação do ponto 3 da ordem de trabalhos, ou seja: “apreciar, discutir e votar e o relatório de gestão e as contas apresentados pelo Conselho de Administração respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002”, tendo as mesmas sido aprovadas com 2.559 votos a favor e 496 abstenções.

Seguidamente, (...) disse ir entrar-se no ponto 4 da ordem de trabalhos “Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados”, foi deliberado, por unanimidade, que fossem votadas separadamente a proposta do Conselho de Administração de que o resultado negativo de 346.497,82 euros fosse transferido para a conta de Resultados Transitados e a proposta do mesmo Conselho de Administração de que este valor, bem como o valor negativo já contabilizado na conta de Resultados Transitados e proveniente de exercícios anteriores, fosse anulado por Reservas Livres, à excepção dos valores atribuídos pela associada Lanifícios Império, S.A .

Feitas as votações por separado, qualquer uma das propostas foi aprovada por unanimidade e, assim, foi deliberado que o resultado líquido negativo de 346.497,82 euros transitasse para a conta de Resultados Transitados e anulados por Reservas Livres.

(...) passando ao ponto 5 da ordem de trabalhos “Fazer a apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade Textil dos Amieiros Verdes, S.A, foram votados dois votos: um de louvor à actual administração, aprovado com 2548 votos a favor e 507 abstenções. Outro voto de reconhecimento à anterior administração, igualmente aprovado, com 2.610 votos a favor e 445 abstenções.

(...) pôs à discussão o ponto 6 “Deliberar sobre a autorização para a compra e venda de acções próprias”. Foi aprovado por unanimidade.

(...) foi anunciado que se ia entrar no ponto 7 da citada ordem de trabalhos “Deliberar sobre a substituição integral do contrato de Sociedade, à excepção dos artigos terceiro e quinto, proposta pelo Conselho de Administração”

(...) A Presidente da Mesa aceitou as duas propostas apresentadas pelo Accionista Dr. Mota Veiga, uma delas em que se propunha somente a alteração do artigo 1º dos actuais estatutos, mantendo-se o restante texto e outra, para o caso da primeira não vencer, em que se propunha a substituição do texto de alguns artigos, conforme documento que foi recebido e rubricado pela Presidente da Mesa, para posterior arquivo.

Constatou-se, assim, que eram três propostas em apreço e, após um período de discussão, aprovou-se de imediato, por unanimidade, a redacção do artigo 1º dos estatutos, passando-se à votação alternativa das duas propostas restantes. A proposta da Administração foi aprovada na generalidade, por 2.595 votos contra 10 abstenções, verificando-se, assim, a maioria legalmente exigida de dois terços dos votos presentes.

Em seguida, passou-se à votação artigo a artigo, votando-se em alternativa os artigos para a redacção dos quais havia duas propostas: a da Administração e a do Accionista Dr. Mota Veiga: Artigo 2º e 4º. Aprovados com 2.516 votos contra 539 abstenções; Artigos 6º a 14º, aprovados por unanimidade; Artigo 15º, venceu a versão da Administração por 2.429 votos a favor, 479 contra e 147 abstenções; o Artigo 16º foi aprovado com 2.605 votos contra 450 abstenções; o Artigo 17º foi aprovado com 2.133 votos a favor e 922 contra; os Artigos 18º a 22º foram aprovados por unanimidade; Foi alterada a proposta da Administração, para o nº. 2 do Artigo 23º, que passa a ser “ A assembleia geral pode atribuir aos administradores uma percentagem do lucro líquido do exercício até ao limite global de dez por cento do mesmo”. Votado, foi aprovado com 2.075 votos a favor, 676 contra e 304 abstenções.

Os Artigos 24º a 27º foram aprovados por unanimidade.

Seguidamente, transcrevem-se os estatutos da Sociedade, sendo que todos os artigos estatutários agora transcritos, com excepção dos artigos 3º e 5º, que se mantiveram, foram aprovados com a maioria legalmente exigida de dois terços dos votos presentes.

“CAPÍTULO I

Denominação, sede, objecto e duração

Artigo Primeiro

Rege-se pelos presentes estatutos a sociedade anónima com a firma "Sotave - Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A., fundada por escritura pública lavrada em 28 de Abril de 1960.

Artigo Segundo

1. A sede social é no lugar de Amieiros Verdes, freguesia de São Pedro, concelho de Manteigas, podendo ser deslocada pelo Conselho de Administração, nos limites da lei.
2. Compete ao Conselho de Administração criar e encerrar sucursais, delegações e outras formas locais de representação da Sociedade, em Portugal ou no estrangeiro.

Artigo Terceiro

O seu objecto social é o exercício da indústria textil, podendo ainda explorar qualquer outro ramo industrial ou comercial, uma vez que a Assembleia Geral assim o delibere e

a lei o permita, inclusivamente criando novas sociedades ou associando-se a outras entidades, singulares ou colectivas.

Artigo Quarto

A criação ou participação noutras entidades referida no artigo anterior pode abranger sociedades de objecto diverso do prosseguido pela sociedade, bem como agrupamentos complementares de empresas.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

Artigo Quinto

O capital social é de dois milhões de euros, divididos por quatrocentas mil acções com o valor nominal de cinco euros cada uma e encontra-se inteiramente realizado nos valores ao activo social.

Artigo Sexto

1. O capital social é representado por quatrocentas mil acções, com o valor nominal de cinco euros cada uma.
2. As acções representadas por títulos são nominativas ou ao portador, reciprocamente convertíveis.
3. Os títulos representam uma, dez, vinte, cinquenta, cem, quinhentas, mil, cinco mil ou dez mil acções, podendo os accionistas exigir a sua divisão e a sua concentração.
4. As despesas de conversão de acções, bem como as de divisão e concentração de títulos, correm por conta dos accionistas interessados.
5. As acções podem também assumir forma escritural.

Artigo Sétimo

A sociedade pode emitir obrigações e quaisquer outros títulos negociáveis.

Artigo Oitavo

A sociedade pode adquirir e vender acções e obrigações próprias até ao limite legal, nas condições determinadas pela Assembleia Geral ou por deliberação do Conselho de Administração, nos casos em que tal seja legalmente admissível.

CAPÍTULO III

Disposições comuns relativas aos órgãos sociais e representação da sociedade

Artigo Nono

1. Os membros da Mesa da Assembleia Geral e dos órgãos sociais são designados por períodos de três anos, coincidentes com os exercícios sociais.
2. Nos casos em que a lei não a proíba, é permitida a recondução, por uma ou mais vezes.
3. Os mandatos só terminam com o início de funções dos que sejam designados para substituir os membros cessantes.

Artigo Décimo

1. A Sociedade obriga-se por meio:
 - a) da intervenção conjunta de dois dos administradores;
 - b) da intervenção de um só dos administradores, quando se trate de matéria em que tal tenha sido deliberado pelo Conselho de Administração ou que respeite ao exercício de poderes especialmente delegados.

c) da intervenção de um ou mais procuradores, nos termos das respectivas procurações.

2. Nos actos que não envolvam contracção de obrigações, a Sociedade pode ser representada por qualquer dos seus administradores, agindo isoladamente.

CAPÍTULO IV

Da Assembleia Geral

Artigo Décimo Primeiro

1. Apenas têm direito a participar nas reuniões da Assembleia Geral os accionistas com direito a voto.

2. Têm a qualidade de accionistas, para efeitos de participação nas reuniões da Assembleia Geral, os que tenham acções registadas em seu nome no livro apropriado da Sociedade ou, no caso das acções escriturais na respectiva conta, e os que tenham acções depositadas em instituições de crédito ou nos cofres da sociedade e desse depósito façam prova.

3. O registo e o depósito a que se refere o número anterior hão-de ter-se verificado com a antecedência mínima de cinco dias relativamente à data da reunião de que se trate e hão-de manter-se até ao encerramento da reunião.

4. Cabe um voto a cada grupo de cem acções, podendo os accionistas com menor número de acções agrupar-se de modo a obterem aquele número, mas, em tal caso, hão-de fazer-se representar por um só deles ou por outro accionista.

5. Todos os arredondamentos dos votos que cabem aos accionistas são determinados por defeito.

6. A participação nas reuniões dos accionistas que sejam pessoas colectivas depende da designação que façam por escrito de uma pessoa singular que os represente.

7. Os accionistas que sejam pessoas singulares apenas podem fazer-se representar por um membro do Conselho de Administração, pelo seu cônjuge, pelos seus parentes na linha recta ou por outros accionistas.

8. Os accionistas sem direito a voto e os obrigacionistas não podem assistir às assembleias gerais.

9. As acções próprias não têm representação na Assembleia Geral e devem ser deduzidas do capital social para efeitos de cálculo das percentagens de capital exigidas, legal ou estatutariamente, para a constituição das Assembleias e validade das respectivas deliberações.

Artigo Décimo Segundo

1. Cabe à Mesa da Assembleia Geral dirigir as respectivas reuniões e elaborar as respectivas actas, sem prejuízo do disposto na lei quanto ao Secretário da Sociedade.

2. A Mesa, eleita pela Assembleia, é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e por dois Secretários.

3. Cabe ao Presidente convocar, com as formalidades legais, as reuniões da Assembleia.

Artigo Décimo Terceiro

Salvo nos casos em que a lei exija maiorias qualificadas, as deliberações da Assembleia são tomadas por maioria de votos emitidos, não se contando as abstenções.

Artigo Décimo Quarto

Para além das reuniões impostas por lei, a Assembleia Geral reúne-se sempre que tal seja solicitado ao Presidente da Mesa por algum dos outros órgãos sociais ou por accionistas, nos termos legalmente estabelecidos.

CAPÍTULO V

Do Conselho de Administração

Artigo Décimo Quinto

1. O Conselho de Administração é composto por três ou cinco membros, accionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, a qual fixa o respectivo número, considerando-se fixado o número dos administradores efectivamente eleitos.

2. Sempre que algum accionista o requeira, um dos Administradores será eleito isoladamente entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas que possuam entre dez e vinte por cento do capital social, nos termos dos números 1 a 5 do artigo 392º do Código das Sociedades Comerciais.

3. O Presidente do Conselho de Administração é eleito pela Assembleia e dispõe de voto de qualidade em caso de empate nas votações.

Artigo Décimo Sexto

Compete ao Conselho de Administração, para além do mais consignado na lei e nestes estatutos:

- a) conduzir as actividades da Sociedade, praticando todos os actos que a lei ou estes estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- b) executar as deliberações da Assembleia Geral;
- c) definir as políticas gerais da Sociedade, sem prejuízo do disposto na alínea anterior;
- d) aprovar orçamentos anuais;
- e) definir a organização interna da Sociedade;
- f) representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se neles, podendo confessar, desistir ou transigir em qualquer processos judiciais;
- g) apresentar à Assembleia Geral, para apreciação e votação, nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- h) adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, incluindo participações noutras sociedades e em agrupamentos complementares de empresas;
- i) contrair quaisquer obrigações;
- j) contratar e despedir empregados e outros prestadores de serviços;
- l) designar o Secretário da Sociedade.

Artigo Décimo Sétimo

1. Nos casos em que a lei não o proíba, o Conselho de Administração pode delegar as suas competências em qualquer dos seus membros.

2. Em especial, o Conselho de Administração pode incumbir alguns dos seus membros de exercer permanentemente e colectivamente a gestão corrente da sociedade, comissão que tomará o nome de Comissão Executiva.

3. O Conselho de Administração pode constituir procuradores ou mandatários da sociedade para a realização de determinados actos ou categorias de actos.

4. Sem prejuízo da faculdade, conferida ao Conselho de Administração, de revogar a todo o tempo, as procurações referidas no número antecedente, as procurações caducam no termo do mandato do Conselho de Administração que as tiver outorgado.

Artigo Décimo Oitavo

1. O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês.
2. O Conselho de Administração reúne-se ainda sempre que for convocado pelo Presidente ou por outros dois administradores.
3. As reuniões são convocadas com a antecedência de, pelo menos, cinco dias.
4. O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.
5. Os Administradores podem fazer-se representar por outros administradores nas reuniões do Conselho, mediante carta dirigida ao Presidente aquando de cada reunião.

Artigo Décimo Nono

Os administradores caucionarão o bom exercício dos seus cargos por uma das formas indicadas na lei, na importância de cinco mil euros, ou outra superior que a Assembleia Geral vier a fixar.

CAPÍTULO VI Do Conselho Fiscal

Artigo Vigésimo

1. O Conselho Fiscal será composto por três membros efectivos, um dos quais Presidente, e um suplente, sendo um dos membros efectivos e o suplente revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.
2. Cabe ao Presidente convocar e dirigir as reuniões do Conselho.
3. Cabe ainda ao Presidente verificar o impedimento do membro efectivo e promover a sua substituição pelo suplente.

Artigo Vigésimo Primeiro

1. O Conselho Fiscal reúne-se obrigatoriamente, pelo menos, uma vez em cada três meses.
2. O Conselho reúne-se ainda sempre que o seu Presidente o entenda ou algum dos membros lho solicite.
3. As reuniões são convocadas com a antecedência de, pelo menos, cinco dias.
4. Para que o Conselho se possa constituir em reunião é necessária a presença da maioria dos seus membros.
5. O revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que integrem o Conselho Fiscal têm voto de qualidade em caso de empate nas deliberações.

CAPÍTULO VII Do Secretário

Artigo Vigésimo Segundo

1. A Sociedade poderá ter um Secretário, a designar pelo Conselho de Administração.
2. Quando for designado um secretário efectivo será também designado um suplente.
3. A duração das funções do Secretário coincidirá com a dos mandatos dos membros do Conselho de Administração que o designe.

CAPÍTULO VIII

Remunerações

Artigo Vigésimo Terceiro

1. As remunerações dos membros da Mesa da Assembleia Geral e dos órgãos sociais, sem prejuízo do disposto quanto aos revisores oficiais de contas, são fixadas por uma Comissão de Remunerações, composta por três accionistas, um dos quais como Presidente, eleitos pela Assembleia Geral.
2. A Assembleia Geral pode atribuir aos administradores uma percentagem do lucro líquido do exercício até ao limite global de dez por cento do mesmo.
3. Excepto no que toca à periodicidade das reuniões, o funcionamento da Comissão de Remunerações rege-se pelo que estes estatutos dispõem quanto ao Conselho de Administração.
4. Compete ao Conselho de Administração celebrar os contratos com os revisores oficiais de contas que, nessa qualidade, integrem os órgãos sociais.

CAPÍTULO IX

Disposições várias

Artigo Vigésimo Quarto

1. Os resultados líquidos do exercício terão a aplicação que a Assembleia Geral livremente deliberar, não sendo aplicável a limitação do artigo 294º, número 1, do Código das Sociedades Comerciais.
2. A Sociedade poderá distribuir lucros aos accionistas no decurso dos exercícios sociais, observadas as condições da lei.

Artigo Vigésimo Quinto

Sem prejuízo da competência atribuída pela lei e por estes estatutos ao Conselho Fiscal, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração podem solicitar a entidades especializadas exteriores à Sociedade a realização de auditorias às contas sociais.

Artigo Vigésimo Sexto

1. A Sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei.
2. Serão liquidatários os administradores em funções à data da dissolução, salvo se a Assembleia Geral deliberar em contrário.

Artigo Vigésimo Sétimo

Todos os litígios que oponham a Sociedade aos accionistas ou a outros membros dos órgãos sociais serão dirimidos no foro da comarca onde se situe a sede social.”

(...)Passando ao ponto 8 da ordem de trabalhos, foi apresentada a proposta pelo Conselho de Administração, no sentido de a Assembleia deliberar sobre o entendimento a dar ao valor das pensões de reforma pagas aos ex-administradores, ao abrigo das deliberações das Assembleias Gerais de 19/3/1977 e 25/10/1986, no sentido de o valor de tais pensões de reforma não dever estar indexado aos vencimentos dos administradores em exercício, mas sim calculado em função do último vencimento de cada um desses ex-administradores, à data da respectiva cessação de funções.

Iniciou-se a discussão deste ponto, mas, atendendo ao adiantado da hora e à possibilidade de poder haver negociações quanto a esta matéria entre os ex-administradores e o Conselho de Administração, o Accionista Engº. Lemos Santos propôs a suspensão dos trabalhos da Assembleia.

Assim a Presidente da Mesa pôs à votação da Assembleia que, nos termos do artigo 387º, nº.1, do C.S.Comerciais, esta fosse suspensa, prosseguindo no próximo dia 21 de Junho de 2003, pelas 15 horas, proposta que foi aprovada por unanimidade.
(...)

Manteigas, 4 de Abril de 2003.

SOCIEDADE TEXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A
Pelo Conselho de Administração

Drª. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)